

OFÍCIO CIRCULAR N.º 13/2017

Assunto: 4ª ATUALIZAÇÃO DAS ZONAS DEMARCADAS PARA EPITRIX

Em conformidade com a Decisão de Execução da Comissão n.º 2012/270/UE, de 16 de maio, alterada pela Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/679/UE, de 25 de setembro e pela Decisão de Execução n.º (UE) 2016/1359 da Comissão, de 8 de agosto, relativa a medidas de emergência contra a introdução e a propagação na União de *Epitrix cucumeris*, *E. papa*, *E. subcrinita* e *E. tuberis*, implementada na sequência da deteção em Portugal das primeiras duas espécies acima referidas, tem vindo a ser realizada, desde então e anualmente, a prospeção destes insetos no território português, estando neste momento a decorrer os trabalhos relativos a 2017.

Atendendo aos resultados do corrente ano já disponíveis, verificou-se a presença das espécies *Epitrix cucumeris* e *E. papa* num novo concelho, **Alcácer do Sal**, contíguo à atual zona demarcada. Tendo em consideração o determinado pelo n.º 1 do Artigo 5.º e ponto (4) da Seção 1 do Anexo II da referida Decisão, torna-se necessário proceder de imediato ao alargamento da atual zona demarcada.

Assim, para efeitos de definição da zona demarcada no território continental (todo o arquipélago dos Açores é zona demarcada e na Ilha da Madeira estão demarcados os concelhos de Santa Cruz e Santana), procede-se à sua actualização, constando o novo mapa anexo à presente circular (assinalados a verde os concelhos afetados já identificados anteriormente e a amarelo o novo concelho demarcado).

Em consequência da obrigatória demarcação do concelho de Alcácer do Sal, chama-se a atenção para os requisitos que se colocam a partir de agora à circulação de batata aí produzida com destino a áreas isentas, em Portugal ou em outros Estados-membros da União Europeia.

Assim, é obrigatória a aplicação das medidas preconizadas na Decisão de Execução da Comissão n.º 2012/270/EU e alterações, nomeadamente:

- Limpeza dos tubérculos (por lavagem ou escovagem) de forma a garantir uma percentagem de terra aderente inferior a 0,1%, oficialmente constatada, nas expedições para zonas isentas;

- Atestar o cumprimento destas exigências fazendo acompanhar as remessas de um Passaporte Fitossanitário.

Para efeitos de supervisão oficial e garantia do cumprimento dos requisitos acima mencionados, as entidades responsáveis pela expedição de batata devem junto da DRAP respetiva:

- Solicitar, caso ainda não o possuam já, o respetivo registo de operador económico (através da plataforma online CERTIGES acessível em <https://certinet.dgav.pt/certiges>);
- Registrar os campos de batata destinados à expedição;
- Submeter, para aprovação, o modelo de passaporte fitossanitário.

Mais uma vez se chama atenção que qualquer veículo utilizado para o transporte dos tubérculos de batata de uma zona demarcada tem de ser descontaminado e limpo de modo adequado antes de sair da zona demarcada. Também as máquinas utilizadas no manuseamento dos tubérculos de batata, limpeza e acondicionamento, devem ser descontaminados e limpos de maneira adequada após cada utilização.

Nos campos de produção de batata na zona demarcada devem ser:

- aplicados produtos fitofarmacêuticos homologados, aos primeiros sinais da praga,
- destruídos os restos de cultura com eliminação das zorras e infestantes (potenciais abrigos de hibernação);
- eliminadas as infestantes hospedeiras na vizinhança da cultura, após tratamento.

Recomendamos também a rotação com culturas não solanáceas.

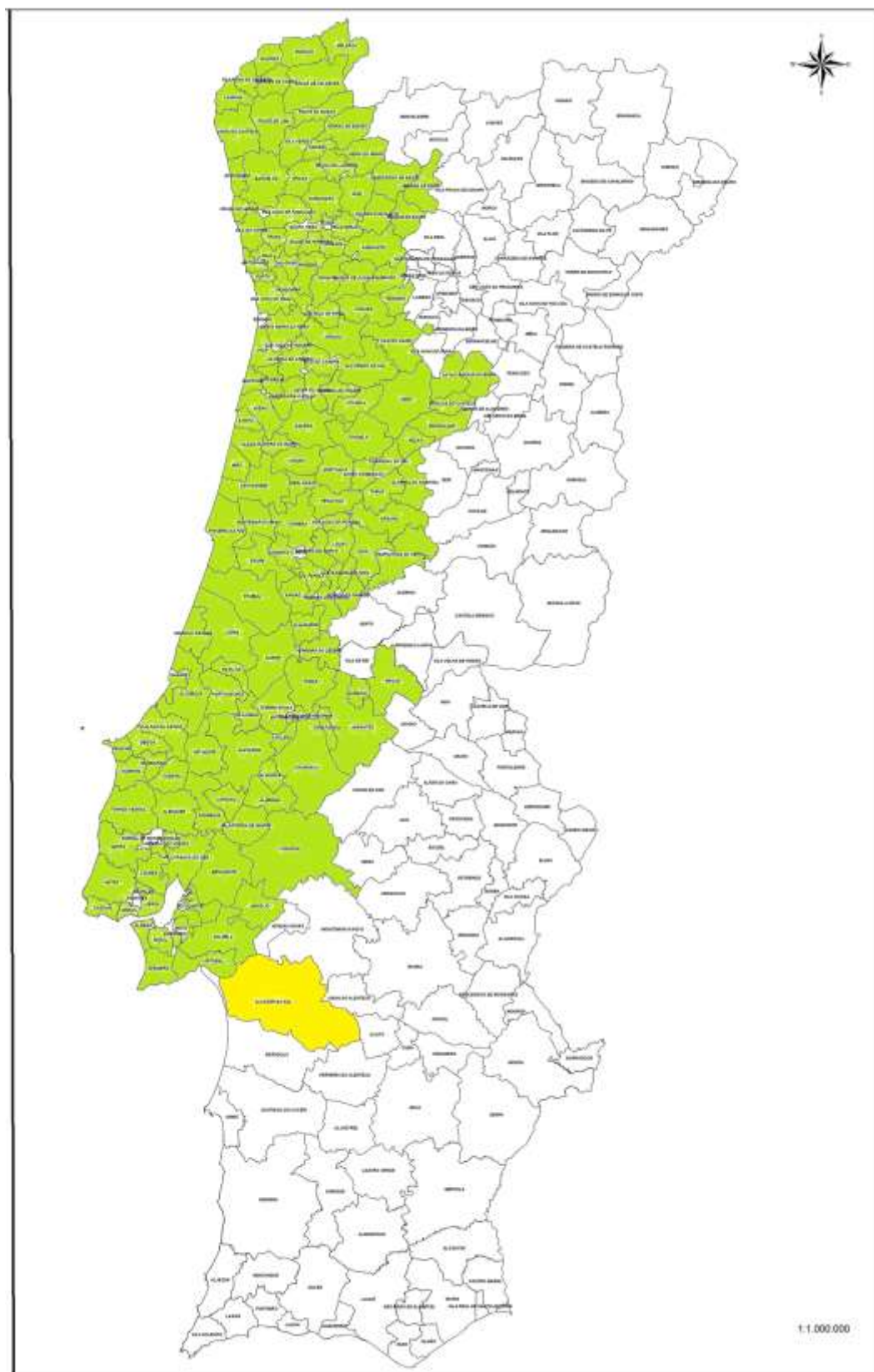
Chama-se ainda a atenção para as circulares anteriormente publicadas sobre esta praga, disponíveis em <http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?generico=23333144&cboui=23333144>, com especial destaque para o Ofício Circular n.º 35/2014 relativo à atualização das medidas de emergência fitossanitárias para os movimentos excecionais e o Ofício Circular n.º 17/2016, sobre limpeza de veículos utilizados no transporte de batata para as centrais de embalagem ou outros locais de receção de batata (armazenistas).

Lisboa, 27 de junho de 2017

A Subdiretora Geral

[Despacho de delegação de competências n.º 12601/2016, de 19 de outubro de 2016]

ZONAS DEMARCADAS NO TERRITÓRIO CONTINENTAL



Para qualquer esclarecimento adicional sobre esta matéria, favor consultar a DGAV ou a Direção Regional de Agricultura e Pescas da sua região.